

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI COMPLEMENTAR N° 292/1999

Ementa

CONCEDE REMISSÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

23/12/1999 29/12/1999 Imprensa Oficial do Município

Matéria Legislativa

Projeto de Lei Complementar nº 528/1999 - Autoria: Prefeito Municipal

Status de Vigência

Em vigor

Observações

Autor: MIGUEL MOUBADDA HADDAD (PREFEITO MUNICIPAL)



Processo nº 25.558-0/99 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



LEI COMPLEMENTAR Nº 292, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1999

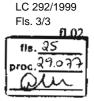
Concede remissão de débitos tributários.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 1999, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a remitir os débitos para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não em Dívida Ativa, pertinentes ao período de 01 de julho de 1994 até 31 de dezembro de 1998, cujo montante, computando para esse efeito o valor principal e os acréscimos legais, inclusive correção monetária, na data da promulgação desta Lei Complementar, importe em quantia igual ou inferior a:

- I R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o Imposto Sobre a Propriedade
 Predial e Territorial Urbana.
 - ΠR \$ 100,00 (cem reais) para:
 - a) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- b) Taxas de Licença para Localização e para Funcionamento de Atividade Comerciais, Industriais, de Prestação de Serviços e Institucionais, bem como Taxa de Licença de Publicidade;
- c) Taxas de Licença para execução de obras particulares e por prestação de serviços públicos;
- d) Multas aplicadas por infrações previstas na legislação tributária e na execução de obras particulares, bem como às relativas à limpeza de terreno, construção de muro e passeio;
 - e) preços públicos.
- Art. 2º Para o fim do disposto no artigo anterior o valor do débito será assim considerado:

Lei Compl. nº 292/99 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



I - na hipótese do inciso I, a soma deles, por imóvel e por exercício;

 II – na hipótese das alíneas "a" e "b" do inciso II, o valor de cada um deles, por estabelecimento e por exercício ou por semestre;

 III – na hipótese da alínea "c" do inciso II, o valor de cada um deles por obra licenciada ou serviço prestado;

IV – na hipótese da alínea "d" do inciso II, o valor de cada uma delas,
 por infração;

V - na hipótese da alínea "e" do inciso II, o valor de cada ato individualizado.

Art. 3º - A remissão dos débitos de que trata esta Lei Complementar não gera direito a restituição de valores recolhidos anteriormente a data de sua vigência.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e nove.

MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

nn/1